

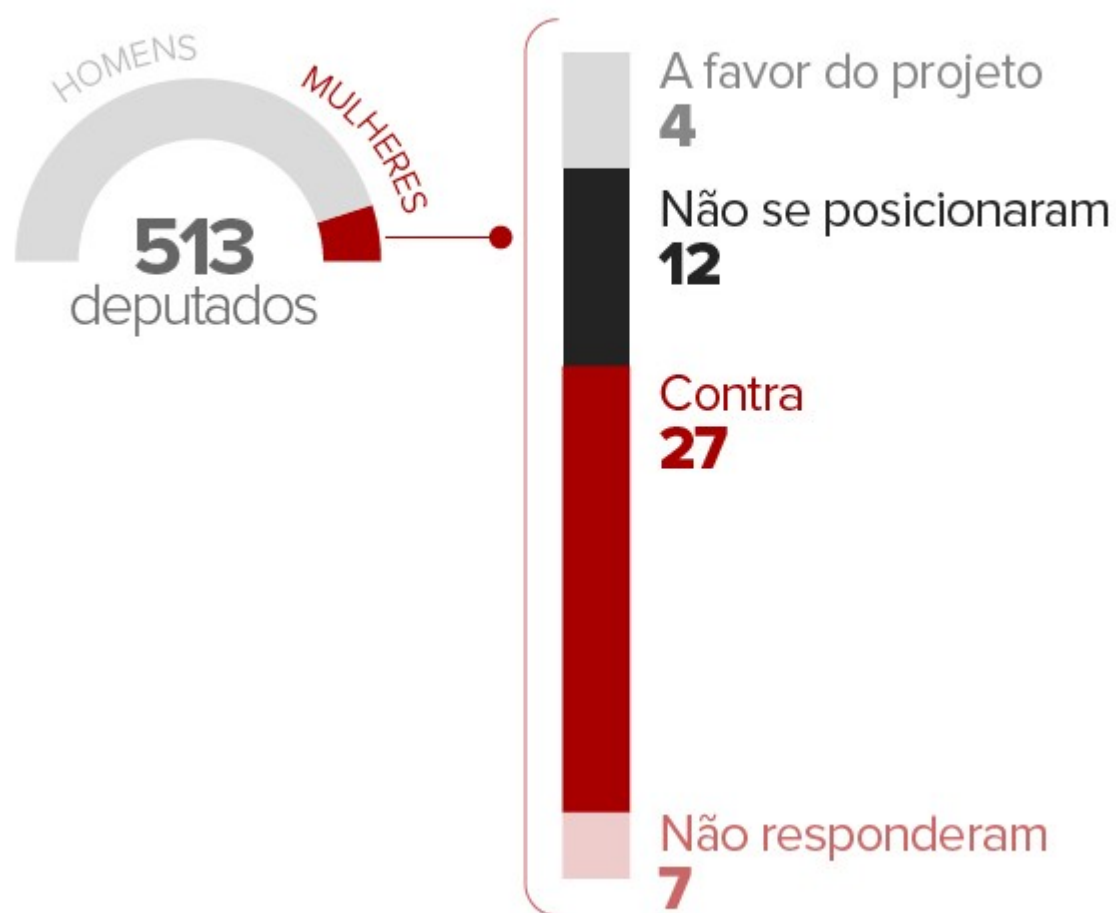
Maioria das deputadas se diz contra projeto de Cunha sobre aborto

(G1, 18/11/2015) Projeto do presidente da Câmara dificulta aborto legal e motiva protestos. Levantamento do G1 indica que 27 das 50 deputadas são contra e 4 a favor.

Levantamento do G1 realizado entre o dia 9 e a última segunda-feira (16) indica que a maioria da bancada feminina da Câmara é contra o projeto de autoria do presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dificulta o aborto legal em caso de estupro.

AS DEPUTADAS E O PROJETO DE EDUARDO CUNHA

Texto dificulta o aborto legal em caso de estupro



G1.com.br

Infográfico elaborado em: 17/11/2015

Das 50 deputadas em exercício na Câmara (que, no total, tem 513 parlamentares), 27 (54%) se declararam contra o projeto; 4, a favor; 12 preferiram não se posicionar; e 7, embora procuradas, não responderam.

Desde que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no fim de outubro, o projeto é alvo de manifestações de protesto em várias capitais.

O texto torna crime induzir ou auxiliar uma gestante a abortar. Um trecho incluído no projeto pela CCJ exige que a mulher vítima de estupro que deseje realizar um aborto legal comprove a violência por meio de comunicação à polícia e exame de corpo de delito - atualmente, basta a palavra da gestante.

Após a aprovação na CCJ, a matéria depende de votação no plenário da Câmara, o que ainda não tem data para acontecer. Se aprovada na Câmara, vai para o Senado, onde, segundo apurou o G1, nenhuma das 12 senadoras se manifesta a favor - dez se declararam contrárias e duas preferiram não opinar. Somente se aprovado no Senado, o projeto é enviado para sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff.

Embora as mulheres representem mais de metade da população brasileira (51%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a participação feminina no parlamento não chega a 15%. Na Câmara, 50 mulheres ocupam menos de 10% das 513 cadeiras da casa. No Senado, são 12 mulheres - menos de 15% das 81 vagas.



No Rio, manifestantes estendem bandeira para protestar contra o projeto de Cunha (Foto: Daniel Silveira/ G1)

Pergunta

A equipe do G1 procurou todas as senadoras e as deputadas - diretamente ou

por meio das assessorias de imprensa - e fez o seguinte questionamento:

A senhora é a favor ou contra o projeto de lei que estabelece que a vítima de estupro, se desejar realizar um aborto legal, tem de comprovar que houve o estupro com boletim de ocorrência e exame de corpo de delito?

Deputadas contra o projeto

A maioria das deputadas que é contra o projeto argumentou que a mulher vítima de estupro é exposta a mais uma dificuldade ao ser obrigada a comprovar que a violência ocorreu.

Uma das 27 deputadas que criticou a proposta, Luiza Erundina (PSB-SP) afirmou que o projeto é “medieval” e “injusto”.

“É uma violência do Estado com a mulher que já foi vítima de um estupro. Submeter a vítima a um exame de corpo de delito e a um boletim de ocorrência é humilhante”, disse.

Para a deputada Érika Kokay (PT-DF), o projeto desrespeita os direitos da mulher. “Esse projeto menospreza a palavra da mulher, é sexista, machista, subalterniza e desumaniza as mulheres”, criticou.

A deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO) disse que, se aprovado, o projeto vai dificultar o atendimento às mulheres vítimas de violência.

“Nem todas as cidades têm serviço de perícia. O texto tem requintes de crueldade no sentido de impedir o profissional de saúde de orientar. O projeto não vai ajudar e nem reduzir índices de aborto. Quem quiser fazer aborto criminoso, vai continuar fazendo”, opinou.

Deputadas a favor

Quatro parlamentares declararam apoio ao texto. A deputada Gorete Pereira (PR-CE) disse que é “incondicionalmente” contra o aborto e afirmou que a melhor opção é dificultar essa possibilidade.

“Eu sou muito resolvida com relação a isso. Sou a favor disso [do projeto], o melhor é dificultar [o aborto] em todos os sentidos”, declarou.

Também se disse favorável ao projeto a deputada Renata Abreu (PTN-SP).

Ela, entretanto, disse que apoia a mudança desde que com a “humanização” do boletim de ocorrência e a criação de uma central única de atendimento às vítimas que se desloque até a mulher, a fim de evitar constrangimentos.

“Cada delegacia deve ter uma unidade de atendimento para vítimas de estupro e essa unidade, formada por mulheres, deve ir até a vítima”, disse.

A deputada Shéridan (PSDB-RR), também favorável à proposta, argumentou que a falta de denúncias fortalece a prática do estupro.

“Se as mulheres vítimas de estupro que quiserem abortar precisarem fazer um boletim de ocorrência, mais denúncias serão feitas. Assim, conseguiremos punir mais homens que praticam o estupro”, declarou.

A posição de cada deputada

Confira abaixo como se posicionou cada uma das deputadas consultadas pelo G1:

- **A favor:** Dulce Miranda (PMDB-TO); Gorete Pereira (PR-CE); Renata Abreu (PTN-SP); Shéridan (PSDB-RR)

- **Contra:** Alice Portugal (PCdoB-BA); Ana Perugini (PT-SP); Benedita da Silva (PT-RJ); Carmen Zanotto (PPS-SC); Christiane de Souza Yared (PTN-PR); Conceição Sampaio (PP-AM); Cristiane Brasil (PTB-RJ); Elcione Barbalho (PMDB-PA); Eliziane Gama (Rede-MA); Érika Kokay (PT-DF); Iracema Portella (PP-PI); Jandira Feghali (PCdoB-RJ); Janete Capiberibe (PSB-AP); Jéssica Sales (PMDB-AC); Jô Moraes (PCdoB-MG); Luciana Santos (PCdoB-PE); Luiza Erundina (PSB-SP); Luizianne Lins (PT-CE); Mara Gabrilli (PSDB-SP); Margarida Salomão (PT-MG); Maria do Rosário (PT-RS); Maria Helena (PSB-RR); Mariana Carvalho (PSDB-RO); Moema Gramacho (PT-BA); Professora Dorinha Seabra (DEM-TO); Professora Marcivania (PT-AP); Tereza Cristina (PSB-MS)

- **Preferiram não se se posicionar:** Brunny (PTC-MG); Clarissa Garotinho (PR-RJ); Dâmina Pereira (PMN-MG); Geovania de Sá (PSDB-SC); Jozi Rocha (PTB-AP); Josi Nunes (PMDB-TO); Keiko Ota (PSB-SP); Leandre (PV-PR); Raquel Muniz (PSC-MG); Soraya Santos (PMDB-RJ); Tia Eron (PRB-BA); Zenaide Maia (PR-RN)

- **Não responderam:** Bruna Furlan (PSDB-SP), Flávia Moraes (PDT-GO), Júlia Marinho (PSC-PA), Magda Mofatto (PR-GO), Marinha Raupp (PMDB-RO), Rosângela Gomes (PRB-RJ) e Simone Morgado (PMDB-PA).

Clique na imagem para assistir ao vídeo:



Os argumentos de Cunha

No último dia 3, o autor do projeto, Eduardo Cunha, afirmou que limitar o aborto em caso de estupro é a vontade dos eleitores dele.

“A minha representação, pela qual fui eleito, pensa daquele jeito, o que significa que eu posso compor projetos desse jeito”, justificou Cunha sobre o mérito do projeto de lei.

Na ocasião, ele ponderou que há vários projetos de sua autoria tramitando na Casa, mas que não atua para que sejam aprovados. O presidente da Câmara declarou ainda que só colocará a proposta em votação se houver um pedido dos líderes dos partidos na Câmara.

Senado

As senadoras que criticaram o projeto argumentaram que o texto coloca a vítima de violência sexual em uma situação ainda mais difícil, ao exigir comprovação do estupro.

A senadora Angela Portela disse que, apesar de não ser a favor do aborto, entende que, nas situações previstas em lei, o estado “não pode deixar desamparada uma mulher que já está vivendo uma situação desesperadora, como é o caso do estupro”. Para ela, o texto também protege o agressor. “Esse projeto tem [...] uma terrível consequência: ao penalizar a mulher, facilita a impunidade do agressor”, complementou.

A senadora Marta Suplicy disse que o projeto é um “retrocesso gigantesco” em relação às conquistas femininas. “A mulher hoje tem sua palavra valorizada. Perderemos isso”, resumiu.

Para a senadora Simone Tebet, contrária ao texto, o projeto não passa no Senado. “Você não pode vitimizar ainda mais a mulher vítima da violência sexual, exigindo que ela vá a uma delegacia que hoje, na maioria dos municípios, não tem nem mesmo delegadas mulheres, para fazer uma denúncia na frente de um delegado. Ela está fragilizada, amedrontada.”

As dez senadoras que se manifestaram contra o projeto são Ana Amélia (PP-RS); Angela Portela (PT-RR); Gleisi Hofmann (PT-PR); Fatima Bezerra (PT-RN); Lídice da Mata (PSB-BA); Lúcia Vania (PSB-GO); Marta Suplicy (PMDB-SP); Regina Sousa (PT-PI); Simone Tebet (PMDB-MS); Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). As que preferiram não se posicionar são Rose de Freitas (PMDB-ES) e Sandra Braga (PMDB-AM).



Em SP, manifestantes bloqueiam Avenida Paulista contra projeto de Cunha (Foto: Paulo Toledo Piza/G1)

Protestos

Nas últimas semanas, manifestantes ocuparam as ruas em diversas capitais brasileiras para protestar contra o projeto - cujo número "5069" ficou conhecido devido à polêmica em torno do assunto.

Na última quinta (12), manifestantes em defesa dos direitos da mulher fizeram um protesto na Avenida Paulista, em São Paulo, contra o projeto.

No Rio de Janeiro, no mesmo dia, manifestantes se uniram no centro da cidade para um protesto que teve como foco principal as propostas de Cunha contrárias aos direitos da mulher.

Na sexta-feira (13), em Brasília, houve um protesto contra Cunha e em defesa da legalização do aborto, no Eixo Monumental. As mulheres também protestaram em Curitiba.

Laís Alegretti

Acesse no site de origem: [Maioria das deputadas se diz contra projeto de Cunha sobre aborto \(G1, 18/11/2015\)](#)

Deputadas e senadoras discutem ações para combater violência contra as mulheres

(Câmara dos Deputados, 11/11/2015) A ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, se reuniu nesta terça-feira (10/11) com deputadas e senadoras para discutir ações de combate à violência contra as mulheres. Em pauta, a Marcha das Mulheres Negras que chega a Brasília na próxima semana, a campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e um panorama dos projetos que tramitam no Congresso com relevância para as mulheres. Nilma lembrou que as mulheres sofrem um processo histórico de discriminação e violência. “É um longo processo de subordinação. Não devemos ser tratadas dessa forma. Todos têm direito à dignidade humana”, resumiu a ministra.

Leia mais: [Deputadas e senadoras discutem ações para combater violência contra as mulheres \(SEPPIR, 11/11/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Deputadas e senadoras discutem ações para combater violência contra as mulheres \(Câmara dos Deputados, 11/11/2015\)](#)

Mônica Bergamo: bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM

(Folha de S. Paulo, 29/09/2015) Senadoras e deputadas procuraram Dilma para mostrar inconformismo com a extinção do ministério dedicado às mulheres. Disseram que nomear um homem - Miguel Rossetto - para comandar a pasta que cuidará do tema coroará a medida da pior maneira possível.

Acesse no site de origem: [Mônica Bergamo: bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM \(Folha de S. Paulo, 29/09/2015\)](#)

Senadoras e deputadas lançam nova edição de Mais Mulheres na Política

(Senado Notícias, 17/06/2015) As parlamentares lutam para que seja aprovada na reforma política a cota de 30% de vagas para mulheres no Poder Legislativo.

Acesse a versão on-line do [Livreto Mais Mulheres na Política](#)

Assista abaixo vídeo do evento de lançamento:

Acesse no site de origem: [Senadoras e deputadas lançam nova edição de](#)

Deputadas eleitas desde 1932 não enchem Plenário

(Congresso em Foco, 16/06/2015) Nas últimas 20 legislaturas, o número total de parlamentares mulheres não foi suficiente para preencher um único Plenário da Câmara, que atualmente abriga 513 mandatos. Desde 1932, em plena Era Vargas, foram apenas 212 deputadas federais eleitas no país

Desde 1932, quando a mulher conquistou o direito de votar e ser votada, apenas 212 deputadas federais foram eleitas no Brasil. Tome-se outro enfoque: nas últimas 20 legislaturas, o número de eleitas para o Parlamento não foi suficiente para preencher a quantidade atual de assentos de sequer um único Plenário da Câmara, que abriga 513 mandatos. É o que revela levantamento exclusivo do Congresso em Foco sobre registros oficiais da Câmara desde aquela década da primeira metade do século passado.

A publicação desse material coincide com a discussão sobre cota feminina no Poder Legislativo, no âmbito da reforma política ora promovida pelos deputados. A votação desse item, um dos últimos da empreitada que teve início há quase um mês, está prevista para esta terça (16), no Plenário da Câmara.

Das mulheres que já exerceram mandato em algum momento, 101 foram reeleitas pelo menos uma vez. Logo, 400 cadeiras da Casa foram ocupadas por representantes do gênero feminino nestes 83 anos desde a Era Vargas (1930-1945). Ou seja, as quatro centenas de mulheres eleitas no período ainda não são suficientes para lotar sequer uma sessão legislativa federal. Confira tabela [aqui](#).

Segundo os registros da Câmara, 205 vagas foram destinadas para pessoas

do sexo feminino a partir da 41ª Legislatura (1959-1963). O número de cadeiras ocupadas por homens no mesmo período é 15 vezes maior.

Atualmente, a Casa reúne 45 deputadas e 468 homens. No Senado, são apenas 13 as representantes femininas entre 81 mandatários.

Cota

Hoje (terça, 16), quando a Câmara retoma as discussões sobre reforma política, a bancada feminina vai defender a proposta que garante ao menos 30% das cadeiras do Parlamento para mulheres. A reserva de gênero também será defendida para assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

Uma das parlamentares mais envolvidas na questão, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) diz acreditar que os índices de aprovação da Câmara tendem a melhorar caso a cota para pessoas do sexo feminino seja aprovada. “A reforma política não ofereceu nenhuma ideia nova para melhorar o sistema. A cota é a única chance de a Câmara recuperar a empatia da sociedade”, afirma a petista, ex-ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos.

Para a gaúcha, as barreiras cultural e econômica contra as mulheres na política devem ser combatidas sem trégua. “Sem as cotas, as barreiras desfavoráveis às mulheres serão cristalizadas. Não podemos continuar sub-representadas no parlamento”, conclui.

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), a presença feminina no Congresso deveria refletir a participação da mulher no eleitorado brasileiro, proporção que está longe de ser verificada hoje em dia. “Seria justo que 50% dos cargos e das lideranças fossem ocupados por mulheres pelo simples fato de que mais de 50% da sociedade é formada por elas.”

Em fevereiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, o voto feminino no país foi instituído, bem como foi assegurado à mulher o direito de se eleger para cargos do Executivo e do Legislativo. Nas eleições gerais de 1934, a primeira deputada brasileira e única de sua legislatura foi eleita. Carlota de Queiróz, do Partido Constitucionalista de São Paulo, propôs melhorias na educação e políticas de valorização e concessão de garantias ao

gênero feminino. Embora 1932 seja o marco nacional do direito das mulheres ao voto, com o decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, a professora potiguar Celina Guimarães Vianna foi a primeira mulher do Brasil a votar (foto), tendo obtido registro de eleitora em 1927.

Sara Resende; Colaborou Gabriela Salcedo

Acesse no site de origem: [Deputadas eleitas desde 1932 não enchem Plenário \(Congresso em Foco, 16/06/2015\)](#)

Eleições 2014: número de deputadas federais cresce 13,33% em relação a 2010

(TSE, 13/10/2014) Dos 513 deputados federais eleitos no dia 5 de outubro, 51 são mulheres, o que significa um aumento de 13,33% na bancada feminina na Câmara dos Deputados na próxima legislatura, que começa em fevereiro, em relação às 45 mulheres eleitas em 2010 para o cargo. Os números foram extraídos nesta segunda-feira (13) das [Estatísticas de Resultados das Eleições 2014](#).

Nas eleições de 2014, o número de candidatas aptas que disputaram o cargo deu um salto bastante expressivo, chegando a 1.765, contra 935 em 2010. Isso corresponde a um aumento de 88,77%.

Rio de Janeiro e São Paulo elegeram seis deputadas federais cada um, Minas Gerais, cinco, e Amapá, Bahia, Pará e Tocantins, três por estado. Em seguida vêm Ceará, Goiás, Paraná, Piauí, Rondônia e Roraima, com duas candidatas eleitas em cada. Já o Acre, Amazonas, Distrito Federal, Maranhão, Mato

Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul elegeram uma deputada federal cada. Os estados de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe não elegeram nenhuma mulher para o cargo.

Candidaturas

Além da própria conscientização feminina e da sociedade nos últimos anos, o aumento no número de candidatas ao cargo de deputado federal nas eleições de 2014 resulta da Lei nº 12.034 (primeira minirreforma eleitoral), aprovada em 2009. Ela obriga que as candidaturas aos cargos proporcionais - deputado federal, estadual ou distrital e vereador - sejam preenchidas (e não apenas reservadas, como era antes) com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cidadãos de cada sexo.

Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504) passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais. A Lei nº 12.034 estipulou, então, essa obrigatoriedade, alterando o texto do parágrafo 3º do artigo 10 da Lei das Eleições.

Contribuiu também para elevar o número de candidatas a campanha Mulher na Política, lançada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em março deste ano. A campanha incentivou as mulheres a participarem das eleições de 2014 em todos os níveis. A iniciativa, que recebeu o apoio do Congresso Nacional, foi amplamente veiculada na televisão, no rádio e por meio de cartazes.

Senado Federal

Mesmo com um terço (27) das cadeiras do Senado Federal em disputa nas eleições deste ano, 34 candidatas aptas concorreram ao cargo. O número supera as 29 candidatas que disputaram as eleições gerais de 2010, quando estavam em jogo dois terços (54) das vagas no Senado, que tem 81 parlamentares.

Cinco mulheres foram eleitas senadoras no dia 5 de outubro, contra sete candidatas em 2010. Elegeram senadoras os estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Acesse no site de origem: [Eleições 2014: número de deputadas federais](#)

Participação de mulheres na Câmara de Deputados aumenta de 47 para 51

(DIAP, 06/10/2014) De acordo com o resultado das eleições de 2014 para a Câmara dos Deputados, pode-se concluir que:

- 1) a renovação foi de 46,78%, sendo 273 reeleitos e 240 novos;
- 2) aumentou o número de partidos com representação na casa, passando de 22 para 28;
- 3) aumentou o número de mulheres na Casa, que passou de 47 para 51;
- 4) PT, PMDB e PSDB continuam, respectivamente, como a primeira, segunda e terceira bancadas;
- 5) dos três grandes partidos a partir de 2015, com mais de 50 deputados, apenas o PSDB cresceu;
- 6) dos sete partidos médios a partir de 2015, com entre 20 e 49 deputados (PSD, PP, PSB, PR, PTB, DEM e PRB), somente o PSB, o PTB, o PRB e o PR cresceram;
- 7) dos seis pequenos a partir de 2015, com entre 10 e 19 deputados (PDT, SD, Pros, PSC, PCdoB e PPS) apenas o PPS e o PDT;
- 8) dos três partidos muito pequenos a partir de 2015, com entre 5 e 9 deputados (PV, PSol e PHS) apenas o PV diminuiu;
- 9) dos nove partidos chamados nanicos a partir de 2015, com entre 1 e 4

deputados (PRP, PTN, PMN, PEN, PSDC, PTC, PRTB, PSL e PTdoB) apenas o PEN, e o PRP cresceram;

10) seis partidos que não tinham representação na Câmara (PHS, PTN, PTC, PSDC, PRTB e PSL) passaram a ter; e

11) deputados que atingiram quociente eleitoral passou de 36, em 2010, para 35, em 2014.

Veja a nova composição partidária da Câmara em números:

A Nova Câmara dos Deputados

Partido	Bancada	Bancada	Bancada	Bancada atual	Prognóstico		Bancada eleita em 2014	Quem ganhou e quem perdeu	
	eleita 2002	eleita 2006	eleita 2010		Mínima (DIAP)	Máxima (DIAP)			
PT	91	83	88	88	70	95	70	-18	-20,45%
PMDB	75	89	78	72	48	73	66	-5	-7,04%
PSD	0	0	0	45	29	48	37	-8	-17,78%
PSDB	70	66	53	44	36	53	54	10	22,73%
PP	49	41	41	40	29	41	36	-4	-10,00%
PR	32	25	42	32	23	32	34	2	6,25%
DEM	84	65	43	28	20	25	22	-6	-21,43%
PSB	22	27	34	24	23	34	34	10	41,67%
SD	0	0	0	21	16	20	15	-7	-31,82%
Pros	0	0	0	20	15	20	11	-9	-45,00%
PTB	26	23	21	18	18	27	25	7	38,89%
PDT	21	24	28	18	13	18	19	1	5,56%
PCdoB	12	13	15	15	12	20	10	-5	-33,33%
PSC	1	9	17	12	11	16	12	0	0,00%
PRB	0	1	8	10	10	16	21	11	110,00%
PV	5	13	15	8	9	14	8	0	0,00%
PPS	15	22	12	6	9	11	10	4	66,67%
PSOL	0	3	3	3	2	4	5	2	66,67%
PMN	1	3	4	3	3	4	3	0	0,00%
PTdoB	0	1	3	3	3	4	1	-2	++
PRP	0	0	2	2	2	4	3	1	50,00%
PEN	0	0	0	1	1	3	2	1	100,00%
PTC	0	3	1	0	1	2	2	2	+
PHS	0	2	2	0	1	2	5	5	+
PRTB	0	0	2	0	1	2	1	1	+
PSDC	1	0	0	0	1	2	2	2	+
PTN	0	0	0	0	0	1	4	4	+
PSL	0	0	0	0	1	2	1	1	+

Acesse o site de origem: [Participação de mulheres na Câmara de Deputados aumenta de 47 para 51 \(DIAP, 06/10/2014\)](#)

Participação de mulheres na política encolhe nestas eleições

(Agência Brasil, 06/10/2014) Mais uma vez, a participação das mulheres nas eleições ficou aquém das expectativas de grupos feministas e dos que brigam por espaço igual para elas e os homens na política. Divulgado o resultado das urnas, ao fazer as contas, é possível perceber que a presença das mulheres diminuiu tanto no Legislativo quanto no Executivo estadual.



Maria do Carmo Alves foi reeleita senadora pelo estado de Sergipe
(Foto: Agência Brasil)

Na Câmara dos Deputados, atualmente 46 mulheres exercem mandato. Em 2010, foram eleitas 52 deputadas, mas seis não estão em exercício por motivos diversos, como licença ou renúncia para assumir outros cargos públicos. Desta vez, porém, o número encolheu e apenas 49 mulheres vão assumir na próxima legislatura. Ainda não é possível saber se, no decorrer dos próximos quatro anos, outras entrarão na Câmara como suplentes de deputados que venham a se licenciar.

No Senado, a situação foi um pouco melhor. Atualmente, a Casa tem dez senadoras, de um total de 81. No ano que vem, termina o mandato de quatro delas, mas duas se reelegeram: Kátia Abreu (PMDB-TO) e Maria do Carmo (DEM-SE).

Ivonete Dantas (PMDB-RN) e Ana Rita (PT-ES), que assumiram como suplentes, perdem a vaga. Ivonete era suplente de Rosalba Ciarlini, atual governadora do estado. Ana Rita assumiu a cadeira no Senado na vaga de Renato Casagrande, quando este se elegeu governador em 2010.

Ontem (5), três mulheres conquistaram mandato de senadoras: Rose de Freitas (PMDB-ES), Simone Tebet (PMDB-MS) e Fátima (PT-RN).



Rose de Freitas é a primeira mulher eleita para o Senado pelo Espírito Santo (Foto: Agência Brasil)

Rose de Freitas, que exerce atualmente o quinto mandato de deputada federal, é a primeira senadora eleita no Espírito Santo. Com isso, o Senado passará a ter 11 mulheres a partir de fevereiro do ano que vem.

Nos governos estaduais, a participação feminina encolheu. Em 2010, duas mulheres foram eleitas governadoras: Roseana Sarney, do PMDB, no Maranhão, e Rosalba Ciarlini, do DEM, no Rio Grande do Norte. Na votação de domingo, nenhuma candidata conseguiu se eleger no primeiro turno e apenas uma, Suely Campos, do PP de Roraima, passou para o segundo turno, No dia 26, ela enfrentará Chico Rodrigues, do PSB.

Os números estão longe de alcançar a cota de pelo menos 30% de candidaturas de mulheres a cargos eletivos. Além de não conseguirem se eleger em número significativo, as que conseguem raramente ficam entre as mais votadas. Em 12 estados não há mulheres entre os dez campeões de voto nestas eleições. Elas conseguiram se destacar em apenas seis.

Para a diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), Guacira Cesar de Oliveira, a dificuldade de as mulheres terem melhor desempenho nas eleições se deve, entre outros aspectos, à falta de investimento dos partidos. “Quando os partidos se viram obrigados a cumprir as cotas, criaram uma formalidade para colocar mulheres como candidatas,

mas não geraram condições reais para que essas mulheres pudessem ser eleitas”, afirmou.

Mariana Jungmann

Nota da Redação: O número de deputadas federais eleitas passou de 45 em 2010 para 51 no pleito deste ano.

Acesse no site de origem: [Participação de mulheres na política encolhe nestas eleições \(Agência Brasil, 06/10/2014\)](#)

Bancada feminina cresce de 45 para 51 deputadas

(Câmara Notícias, 06/10/2014) Com 51 deputadas eleitas, a bancada feminina da Câmara dos Deputados pouco cresceu em relação às eleições de 2010, quando 45 mulheres foram escolhidas nas urnas. Se, no início da atual legislatura, elas representavam 8,77% dos 513 deputados, em 2015 serão 9,94%.

O índice de renovação das parlamentares foi de 56,8%. Das 51 deputadas eleitas, 29 não pertencem à atual legislatura. Com seis deputadas cada um, Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que mais elegeram mulheres. Na contrapartida, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe não elegeram nenhuma parlamentar. O partido que mais elegeu mulheres foi o PT, com nove deputadas.

Decepção

O aumento de seis cadeiras não animou a coordenadora da bancada feminina na Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG). “É um resultado decepcionante. Ele mostra que a política de inclusão das mulheres nas instâncias de poder está fadada ao fracasso, está falida”, avaliou a

parlamentar, que foi reeleita no domingo (5).

Apesar da cota prevista em lei (12.034/09) de 30% de candidaturas femininas nas eleições para deputados e vereadores, Jô Moraes acredita que é preciso uma reforma política que democratize a presença da mulher no Parlamento. As cotas, segundo ela, não geram o resultado desejado porque não são preenchidas com antecedência. “Elas são feitas de última hora, para os partidos políticos apenas cumprirem a exigência legal”, criticou.

Listas fechadas

O cientista político Antônio Augusto de Queiroz, assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), afirma que as cotas só terão validade efetiva quando as eleições ocorrerem com base em um sistema de listas fechadas e de alternância de gêneros. “Essas mulheres foram eleitas por mérito próprio, já que os partidos não lhe deram o devido espaço.”

Queiroz acredita, no entanto, que a próxima legislatura será o despertar da participação feminina nas seguintes. Jô Moraes adiantou que a bancada estuda outras formas de inserção, como garantir a presença de mulheres nas instâncias superiores dos partidos políticos e até lançar candidaturas avulsas para os cargos da Mesa Diretora.

Na Câmara, tramita proposta de emenda à Constituição (PEC 590/06), da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que assegura no mínimo uma vaga para mulheres nas mesas diretoras e nas comissões da Câmara e do Senado.

Outros cargos

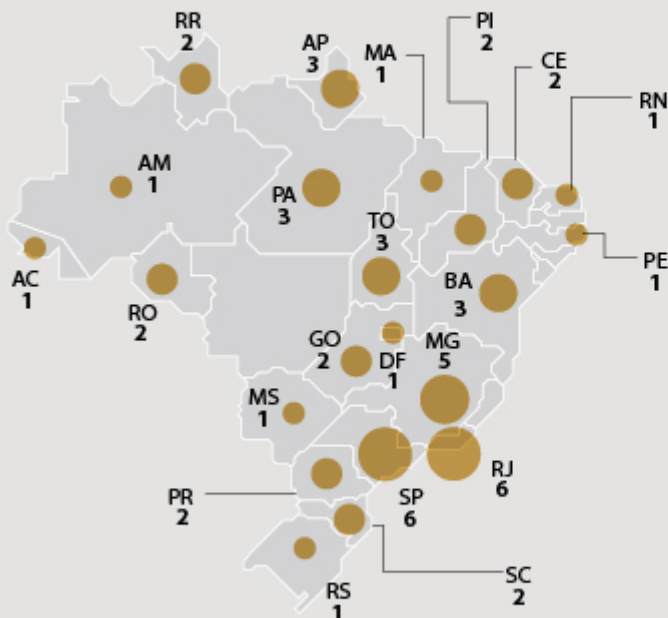
No próximo ano, o Senado terá cinco novas senadoras. Elas se juntarão a seis senadoras atualmente em exercício com mandato até 2019, totalizando uma bancada de 11 parlamentares. As mulheres representarão 13,6% dos 81 senadores.

Na disputa dos governos estaduais, nenhuma mulher foi eleita em primeiro turno. E apenas uma, Suely Campos (PP), disputa o segundo turno em Roraima.

ELEIÇÕES 2014

BANCADA FEMININA

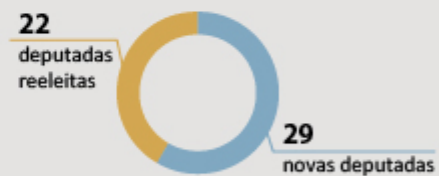
Por estado



Bancada na Câmara

Representação na Câmara	9,16%	8,77%	9,94%
Deputadas eleitas	47	45	51
Ano	2006	2010	2014

Renovação



Por Partido

PT - 9
PMDB - 7
PSDB e PSB - 5, cada
PCdoB e PR - 4 Cada
PP, PTB, PRB, PPS, PTN e PSC - 2, cada
PDT, PTC, PMN, PV e DEM - 1, cada

Noéli Nobe

Acesse no site de origem: [Bancada feminina cresce de 45 para 51 deputadas \(Câmara Notícias, 06/10/2014\)](#)